

Estímulo reduzido

103

A política econômica vai entrar numa fase de manutenção neste ano, sem a adoção de novas medidas de peso para estimular o crescimento. As perdas de receitas com o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) sepultaram as chances de novas desonerações para as empresas, diminuindo a abrangência da segunda fase da política industrial do governo Lula. A equipe econômica está apostando na consolidação dos instrumentos já divulgados, com especial atenção ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e às iniciativas de transferência de renda, como o Bolsa Família.

“Enquanto não soubermos como a arrecadação vai se comportar, não dá para pensar em novos estímulos. O que o governo pretende fazer para ajudar o crescimento é acelerar os investimentos do PAC e garantir os programas sociais, que transferem renda para o consumo das famílias mais pobres. Vamos

administrar as ações que já existem”, afirma o secretário de Acompanhamento Econômico, Nelson Barbosa. Neste ano, o governo espera tirar do papel várias obras do PAC em infra-estrutura, saneamento e habitação. Os investimentos totais do governo devem ficar por volta de R\$ 30 bilhões.

Barbosa considera “improvável” um cenário de grave crise externa em decorrência da desaceleração econômica nos Estados Unidos, causada pelo estouro da bolha imobiliária. Na sua avaliação, o mais provável é uma diminuição moderada do ritmo de crescimento mundial. O secretário afirma que ainda é cedo para ter uma real dimensão do que pode acontecer no Brasil. Vai depender do tamanho da retração nos investimentos e no consumo pela qual passariam os norte-americanos e todo o mundo. Uma queda muito grande pode afetar a entrada de recursos no país e as exportações brasileiras. (RA)